

■ ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CGU e Sindicatura Geral da Argentina firmam Memorando de Entendimento e sistema ALICE é apresentado

CGU apresenta as políticas de transparência brasileiras e seus desafios

■ BRICS

Terceira Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção

■ ONU

Reunião do Mecanismo de Revisão da Implementação da UNCAC

NOTÍCIAS DA ASCOM

[CGU marca presença em evento internacional sobre ciência de dados](#)

[OGU participa de seminário internacional sobre inovação em governo](#)

[Controladoria participa de reunião dos BRICS+ em Viena, na Áustria](#)

[Equipe da SFC participa de treinamento oferecido pelo Banco Mundial](#)

[G20: Brasil foi exemplo de inclusão e escuta da sociedade civil e dos grupos de engajamento](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO BILATERAL

CGU e Sindicatura Geral da Argentina firmam Memorando de Entendimento e sistema ALICE é apresentado

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Sindicatura Geral da Nação Argentina firmaram, no dia 6 de agosto de 2024, importante Memorando de Entendimento fortalecendo a cooperação entre os países. A assinatura foi celebrada, de forma online, pelo secretário Federal de Controle Interno (SFC), Ronald da Silva Balbe, e pelo síndico Geral da Nação Argentina, Miguel Carlos Blanco.

O documento estabelece um quadro de colaboração técnica e acadêmica, com o objetivo de compartilhar experiências e promover a capacitação em áreas como controle fiscal, gestão pública e auditoria governamental. Entre as principais iniciativas, estão previstas trocas de informações, programas de formação, além da realização de pesquisas conjuntas. O acordo, que tem a duração inicial de dois anos, poderá ser prorrogado, fortalecendo a parceria entre as duas nações no combate à corrupção e na melhoria da governança pública. Ambas as partes também poderão desenvolver publicações conjuntas e propor novos projetos de interesse mútuo ao longo da vigência do Memorando.

No contexto da colaboração entre Brasil e Argentina, foi realizada, em 14 de agosto, uma apresentação online detalhada do sistema ALICE (Analisador de Licitações Contratos e Editais) para a comissão de auditores da Argentina. O evento teve como objetivo compartilhar as funcionalidades e os benefícios da ferramenta, que é utilizada no Brasil para monitoramento contínuo de licitações e contratos públicos, assegurando maior transparência e eficiência no uso de recursos públicos.

dades e os benefícios da ferramenta, que é utilizada no Brasil para monitoramento contínuo de licitações e contratos públicos, assegurando maior transparência e eficiência no uso de recursos públicos.

Durante a apresentação, foram abordadas as capacidades do ALICE de coletar e analisar dados de licitações e contratos de diversos portais de compras públicas do Brasil, como o Diário Oficial da União (DOU) e o sistema ComprasGov. A ferramenta utiliza tecnologias avançadas, como expressões regulares (REGEX) e processamento de linguagem natural (NLP), para identificar possíveis irregularidades e otimizar os processos de auditoria.

A iniciativa de troca de melhores práticas em auditoria pública entre Brasil e Argentina reforça o compromisso dos países com a integridade e a transparência na administração pública.



Servidores da CGU compartilham experiências com auditores argentinos

AMÉRICA LATINA

CGU apresenta as políticas de transparência brasileiras e seus desafios

No dia 29 de agosto de 2024, a Secretaria Nacional de Acesso à Informação (SNAI), representada pela Secretária Ana Túlia de Macedo, participou de forma remota da jornada de trabalho dedicada à avaliação de políticas de transparência e acesso à informação.

O evento foi organizado pela Agencia de Acceso a la Información Pública, AAIP (Argentina), pelo Consejo para la Transparencia, CPLT (Chile) e pela Unidad de Acceso a la Información Pública, UAIP (Uruguai), e aconteceu de forma híbrida em Buenos Aires, Argentina. Autoridades e especialistas da América Latina se reuniram com o objetivo de construir, coletivamente, uma análise que defina critérios e metodologias para a avaliação das políticas de transparência, que desempenham um papel crucial na governança pública ao promover a visibilidade dos objetivos, recursos e resultados das ações governamentais.

O evento teve início com um painel dedicado à discussão do estado atual das políticas de transparência na região, abordando suas principais características e desafios. A Secretária Ana Túlia de Macedo apresentou a visão brasileira sobre o tema, ressaltando os 12 anos de implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no país. Durante sua fala, destacou a metodologia da Escala Brasil Transparente (EBT), que mede a transparência em estados e municípios, incentivando o acesso público às informações e promovendo a democratização desse direito.

Enfatizou, ainda, a última edição do EBT 360°, que avaliou 691 entes públicos em mais de 600 municípios brasileiros, além de todos os estados da federação e o Distrito Federal.

Os debates entre os participantes focaram na implementação dessas políticas, com trocas de experiências e a formulação de estratégias para aprimorar sua avaliação. Questões como as dificuldades na obtenção de evidências sobre o impacto das políticas de transparência e a necessidade de fortalecer as capacidades institucionais para avaliações eficazes foram amplamente discutidas.

Especialistas de universidades da América Latina também contribuíram para o diálogo, discutindo métodos e técnicas para avaliar a transparência no setor público. Eles enfatizaram a possibilidade de integrar a transparência como uma dimensão importante na avaliação de políticas públicas setoriais. O intercâmbio de experiências gerou reflexões sobre a criação de mecanismos de monitoramento mais eficientes e o papel da sociedade civil na promoção de uma cultura de transparência. O evento também reforçou a importância da cooperação entre países, destacando a busca por soluções conjuntas que considerem as particularidades regionais e promovam avanços contínuos nas práticas de transparência e na avaliação de sua eficácia.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

BRICS

Terceira Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção

A terceira e última reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção dos BRICS sob a Presidência da Rússia, em 2024, foi realizada em Viena nos dias 26 e 27 de agosto de 2024. O encontro reafirmou o compromisso dos países membros com o combate à corrupção e a promoção de boas práticas no cenário global. Representando o Brasil, uma delegação composta por membros de diversas instituições esteve presente, contando com a presença do Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), Ronald Balbe, e do analista da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Vinicius Nunes, reforçando o papel da CGU como órgão de referência em auditoria e controle de recursos públicos.

Além dos integrantes da CGU, a delegação brasileira contou com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal.



Os representantes da delegação brasileira: Daniel Cola (PF), Lucio Angelo Jr (AGU), Cesar Bonamigo (MRE), o secretário Ronald Balbe e Vinicius Nunes (CGU)

A reunião focou em temas relevantes, como a recuperação de ativos ilícitos, bem como o debate sobre educação e capacitação anticorrupção, uma área em que a CGU tem se destacado por meio de iniciativas voltadas ao treinamento e disseminação de boas práticas. A participação da delegação brasileira nas discussões reforçou o papel do Estado em tais iniciativas, em consonância com os esforços dos BRICS de fortalecer essas pautas.

Em paralelo à reunião, ocorreu a conferência "Protegendo o Esporte da Corrupção: Foco nos Países dos BRICS", onde foram discutidos temas como manipulação de resultados e lavagem de dinheiro no esporte. A delegação brasileira destacou a importância da integridade esportiva e compartilhou experiências sobre as boas práticas aplicadas no Brasil para mitigar riscos. A presença do Secretário Ronald Balbe, como representante da CGU na reunião, sublinhou o peso institucional do órgão e sua relevância nas iniciativas relativas ao tema.

No cenário internacional, os BRICS continuam a desempenhar um papel crucial, unindo algumas das principais economias emergentes em torno de desafios globais como a corrupção. A CGU, com sua ampla experiência em controle interno e auditoria, posiciona-se como um ator fundamental nas discussões sobre governança e boas práticas regulatórias no grupo.

Com a próxima presidência dos BRICS sob a responsabilidade do Brasil, em 2025, o país terá uma oportunidade estratégica para liderar e avançar em temas centrais de governança, com a CGU em posição privilegiada para contribuir na elaboração da agenda de trabalho do Grupo de Trabalho Anticorrupção.

O compromisso da CGU em manter-se atenta e participativa nos foros internacionais garante que o Brasil continue a ser um protagonista relevante no combate à corrupção, alinhando-se aos mais altos padrões globais e promovendo uma governança pública mais transparente e eficaz entre os países dos BRICS.

ONU

Reunião do Mecanismo de Revisão da Implementação da UNCAC

Entre os dias 28 e 30 de agosto de 2024, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da reunião do Mecanismo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), realizada em Viena, Áustria. O evento reuniu especialistas e representantes de países signatários da UNCAC para discutir os avanços e desafios relacionados à implementação de mecanismos anticorrupção. A participação da CGU destacou o compromisso do Brasil em promover a transparência e a eficácia na implementação de políticas públicas anticorrupção.

A programação da reunião incluiu sessões sobre o futuro do mecanismo de revisão e acompanhamento da implementação da UNCAC, destacando a necessidade de um processo de acompanhamento estruturado para aumentar a eficácia das revisões. Os debates abordaram, de maneira ampla, os desafios enfrentados pelos países em es-

tágios distintos de implementação e o impacto das recomendações internacionais no fortalecimento das políticas anticorrupção.

Durante o evento, temas como a cooperação internacional, recuperação de ativos e transparência pública foram discutidos em profundidade, reafirmando o compromisso global no combate à corrupção. O Brasil, por meio da CGU, destacou-se como um dos países líderes na implementação de mecanismos de acompanhamento eficientes, consolidando sua posição na vanguarda de maneira a contribuir ao combate à corrupção no cenário internacional.

Painel “Aprimorando a Efetividade da Implementação da UNCAC por meio de Mecanismos Estruturados de Acompanhamento”

Representando a CGU, o analista Vinicius Marcelus Rodrigues Nunes, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, realizou apresentação no painel intitulado “Aprimorando a Efetividade da Implementação da UNCAC por meio de Mecanismos Estruturados de Acompanhamento”, no qual detalhou a experiência do Brasil com o acompanhamento e monitoramento de recomendações anticorrupção internacionais.

Vinicius Nunes enfatizou a importância de um processo de acompanhamento contínuo para garantir que as recomendações recebidas sejam implementadas de forma eficaz e transparente e apresentou o funcionamento do [Painel de Monitoramento de Recomendações Anticorrupção do Brasil](#), desenvolvido pela CGU para consolidar e acompanhar as recomendações provenientes de diferentes convenções e fóruns internacionais. Essa ferramenta permite não apenas a coordenação interna entre as diversas agências do governo, mas também oferece um canal de transparência pública, por meio do qual o progresso das recomendações é acessível à sociedade.

A utilização do painel, que faz uso da plataforma Power BI, permite que as recomendações sejam rastreadas, analisadas e disponibilizadas para consulta pública, promovendo maior transparência nas

ações do governo brasileiro no combate à corrupção. Além disso, o painel facilita a coordenação interna entre as diferentes agências envolvidas, garantindo ações mais coesas e alinhadas às prioridades do governo brasileiro.



Vinicius Nunes em sua apresentação no painel sobre monitoramento de recomendações

A participação da CGU reforçou a posição privilegiada do Brasil nas discussões sobre a implementação de políticas anticorrupção no âmbito da UNCAC. A expertise da Controladoria, principalmente no desenvolvimento de ferramentas inovadoras para o acompanhamento das recomendações, serve de modelo para outros países que buscam aprimorar seus mecanismos de monitoramento e garantir a eficácia das suas ações contra a corrupção.

O Brasil reafirmou seu compromisso em manter-se na vanguarda das discussões internacionais sobre transparência, integridade e combate à corrupção, demonstrando que o país tem não apenas adotado as melhores práticas internacionais, mas também contribuído ativamente para o desenvolvimento de novas abordagens no âmbito da UNCAC.

EVENTOS

OCDE

Primeira Reunião do Grupo Assessor da *LAC Trust Survey 2024*

Em 22 de junho, a diretora de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública da Secretaria de Integridade Pública, Melissa Machado de Moraes, participou da primeira reunião do Grupo Assessor da Pesquisa de Confiança nas Instituições Públicas em países da América Latina e Caribe (*LAC Trust Survey 2024*). O encontro foi organizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e contou com a presença de representantes dos países da região (Equador, Guatemala, Peru e República Dominicana), além de organizações internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A reunião teve como principais objetivos apresentar o questionário e os resultados da [Pesquisa de Confiança da OCDE de 2024](#), bem como o cronograma de atividades para uma nova rodada, agora nos países latino-americanos que demonstraram interesse na sua aplicação, como o Brasil. A edição desse ano dará continuidade ao trabalho desenvolvido pela primeira vez no Brasil em 2022, também sob a representação da CGU, cujos resultados foram divulgados em dezembro de 2023 no relatório [Drivers of Trust in Public Institutions in Brazil](#).

Durante o evento, Melissa Machado destacou a importância da participação do Brasil na pesquisa, ressaltando o compromisso do país com a transparência e o fortalecimento da confiança pública.

Como parte do trabalho do Grupo Assessor, a equipe da Diretoria de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública está atuando na validação do questionário aplicado em 2023, para que a pesquisa reflita as realidades e particularidades do Brasil e possa capturar de maneira fidedigna a percepção da população em relação à confiabilidade nas instituições públicas do País.

A CGU busca, com essa iniciativa, avaliar o desempenho das instituições brasileiras e apoiar os gestores na formulação e implementação de políticas públicas mais justas, transparentes e alinhadas com as expectativas dos cidadãos. Reforça ainda o compromisso do país com a sociedade em temas como integridade, confiabilidade, abertura, capacidade de resposta e justiça do governo frente aos desafios globais e intergeracionais.

OCDE

Workshop sobre reforma das empresas estatais na Ucrânia

A Secretaria Federal de Controle Interno, por meio da sua Diretoria de Auditoria de Estatais, participou do workshop “Apoio à Reforma das Empresas Estatais na Ucrânia: Construindo uma Política de Propriedade Estatal”, evento online que ocorreu no dia 26 de junho de 2024. O auditor Alan Gonzaga da Costa representou a Controladoria no evento

O foco principal do workshop foi o acompanhamento da revisão sobre a aderência da Ucrânia às Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais (*OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises – SOE Guidelines*) que foi concluída no ano de 2021, consoante solicitação do país. Naquela oportunidade, foram direcionadas recomendações de curto e longo prazo destinadas à melhoria das instituições e das estruturas legislativas na Ucrânia que afetariam a governança corporativa das empresas estatais do país.

Considerando as conclusões da revisão, a fase inicial do acompanhamento buscou fornecer insumos técnicos para elaborar a legislação de governança corporativa das empresas estatais ucranianas e deu ensejo à promulgação da Lei nº 3587-IX, ocorrida em março de 2024. Na segunda

O objetivo do workshop foi ajudar representantes de instituições públicas ucranianas e empresas estatais a entender melhor os possíveis caminhos para construção de uma política de propriedade. Houve sessões temáticas que contaram com um palestrante introdutório e debatedores principais, tendo sido reservada uma parte do tempo para discussões abertas.

Após a abertura realizada pelo senhor Oleksiy Sobolev, vice-Ministro da Economia, Desenvolvimento Digital, Transformações Digitais e Digitalização da Ucrânia, e pela senhora Sara Sultan, chefe da Unidade de Empresas Estatais da OCDE, os seguintes assuntos foram discutidos:

Sessão 1: Boas Práticas Internacionais – A discussão abrangeu uma visão geral do que

fase, o suporte oferecido está centrado na capacitação e consultoria na reforma das normas infralegais relacionadas à promulgação da lei supracitada.

Ainda no ano de 2024, dentro do prazo de seis meses após a entrada em vigor da lei, o governo ucraniano deve realizar os ajustes normativos necessários para implementá-la. Por sua vez, as empresas estatais ucranianas estão obrigadas a colocar suas operações em conformidade com a Lei nº 3587-IX em até um ano após a entrada em vigor da norma.

Como parte do desenvolvimento da legislação, o Ministério da Economia da Ucrânia solicitou à OCDE que apoiasse os seus esforços para desenvolver uma política de propriedade estatal em conformidade com a Diretrizes de Empresas Estatais da OCDE. Nesse contexto, o atual evento foi o primeiro de dois workshops planejados, cujo objetivo é capacitar as instituições ucranianas, servidores públicos e representantes das empresas estatais do país para desenvolver e implementar uma visão de propriedade estatal em conformidade com os princípios estabelecidos nas Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais.

constitui uma política de propriedade estatal, incluindo modelos específicos. Delegados da Noruega e da Finlândia compartilharam suas experiências nacionais e mostraram as políticas de propriedade de seus respectivos países;

Sessão 2: Detalhando o Desenvolvimento da Política de Propriedade Estatal da Ucrânia – A sessão foi iniciada com uma breve visão geral do setor de empresas estatais com base nas conclusões da Revisão da OCDE sobre a Governança Corporativa de Empresas Estatais na Ucrânia. Na sequência, representantes ucranianos compartilharam o contexto do país e os objetivos/metas de propriedade estatal, que informarão o desenvolvimento de sua política de propriedade. Por fim, debatedores comentaram as apresentações e discutiram as características do atual contexto ucraniano e a experiência internacional para destacar melhores práticas e as principais questões a serem levadas em consideração no desenvolvimento da Política de Propriedade Estatal do país.

OCDE

CGU participa do programa Tech Connect for Integrity da OCDE

Representantes da CGU participam do programa Tech Connect for Integrity P2P Exchange, uma iniciativa organizada e apoiada pela OCDE, que visa fortalecer abordagens baseadas em dados para prevenir, detectar e responder a riscos de integridade, incluindo fraude e corrupção, por meio da colaboração entre especialistas do setor privado e público.

O objetivo da iniciativa Tech Connect for Integrity é ser um meio para aproveitar a experiência e o conhecimento do setor privado para acelerar o uso de tecnologia e dados por organizações públicas para combater a corrupção e a fraude.

Durante os encontros promovidos pela OCDE, foi apresentada uma iniciativa da empresa Oracle a qual trouxe a possibi-

lidade de desenvolvimento de um modelo que, a partir de métodos de ciência de dados aplicado sobre dados abertos, possibilitaria otimizar os processos de identificação e análises de riscos feitos pela CGU. No dia 3 de julho, ocorreu a reunião de kick off do projeto, que se desdobra em encaminhamentos conjuntos para a construção da solução.

Ticiane Linhares, coordenadora-Geral de Inteligência de Dados, e Gabriel Ruiz, coordenador-Geral de Dados e Inovação, são os pontos focais da Controladoria-Geral da União (CGU) na condução deste projeto. As discussões sobre a participação da CGU no programa Tech Connect seguem caminhando buscando oportunizar as ações de tecnologia e inovação institucionais.

CAPACITAÇÃO

CONFERÊNCIA

Servidores representam a CGU no DFRWS USA 2024

Os auditores Demetrius Batista Borges e Ricardo Nagamine Motta participaram da 24ª Conferência Anual de Pesquisa em Forense Digital (DFRWS), realizada na Louisiana State University, em Baton Rouge, EUA, no período de 9 a 12 de julho de 2024.

O evento contou com palestras e a apresentação de diversos trabalhos acadêmicos nas áreas de forense digital, segurança e resposta a incidentes, além de um workshop dedicado à ferramenta forense Volatility. Entre as apresentações, desta-

ca-se o painel com a Polícia Estadual da Louisiana, que abordou suas práticas de trabalho e o gerenciamento de evidências digitais.

Profissionais destacados, como Chris Sistrunk, líder técnico e consultor de segurança da Mandiant, e Tommy Morris, diretor do Center for Cybersecurity Research and Education (CCRE) participaram do evento, além de diversos pesquisadores especializados em forense digital e segurança da informação.

CONFERÊNCIA

CGU marca presença no KDD 2024 na Espanha

No mês de agosto de 2024, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da Conferência Internacional sobre Descoberta de Conhecimento e Mineração de Dados (KDD 2024), um dos eventos mais relevantes na área de ciência de dados, realizado Centro de Convenções Internacional de Barcelona, atraindo profissionais renomados de grandes empresas e do meio acadêmico, oferecendo palestras e workshops que discutiram desde algoritmos de aprendizado de máquina até abordagens inovadoras em análise preditiva.

A CGU foi representada pelo coordenador-Geral de Auditoria de Gestão de Pessoal, da Secretaria Federal de Controle Interno, Rodrigo Pedatella, além de André Monteiro da Rocha, da Superintendência do Mato Grosso do Sul, envolvidos internamente em projeto sobre análises automatizadas de atividades continuadas,

em especial trilhas de auditoria e atos de pessoal, com base em Inteligência Artificial (IA), e com o projeto CGU Insight, dedicado a explorar as mais recentes inovações e práticas de análise de dados para geração automatizada de conteúdo em papéis de trabalho das auditorias.

A participação da CGU no KDD 2024 teve como objetivo a absorção de conhecimento sobre técnicas avançadas de geração de conteúdo por meio de IA, que podem ser aplicados nos trabalhos de auditoria da casa. O maior foco de interesse foi o relevante avanço nas técnicas de IA baseadas nos denominados modelos de grande escala (LLM) e na abordagem generativa, em que se torna possível gerar informações de grande qualidade e acuracidade a partir dos modelos LLM. Esses modelos apresentam grande interseção e sinergia com os trabalhos de auditoria realizados pela CGU.

Durante as sessões, os representantes da CGU tiveram a oportunidade de estabelecer contatos que podem resultar em parcerias futuras para o aprimoramento das metodologias de auditoria. As infor-

mações e insights obtidos nas palestras foram identificados como uma fonte rica de conhecimento que pode ser traduzida em práticas mais eficientes e efetivas dentro da CGU.

“O KDD é uma oportunidade única para nós. A troca de experiências e o contato com novas tecnologias podem ser decisivos para melhorar a qualidade e a efetividade dos nossos trabalhos de auditoria”, afirmou Pedatella. O coordenador-Geral destacou a importância de integrar as inovações tecnológicas nas auditorias, que podem resultar em diagnósticos mais precisos e na identificação de possíveis irregularidades com maior agilidade.

Além das palestras, a CGU participou de discussões focadas em como a mineração de dados pode ajudar na análise de grandes volumes de informações, uma tarefa cada vez mais desafiadora no contexto da auditoria pública. O evento não apenas proporcionou aprendizado, mas também apresentou novas ferramentas que podem ser implementadas na rotina de trabalho da CGU.

A presença da CGU no KDD 2024 ressalta o compromisso da instituição em buscar constantemente a atualização e o aprimoramento profissional, auxiliando nos resultados dos trabalhos de auditoria com baseada em dados e evidências. A expectativa é que as aprendizagens e as relações estabelecidas durante o evento sejam capitalizadas em projetos já em curso, contribuindo assim para a transparência e integridade da administração pública.

Com um olhar voltado ao futuro, a CGU se posiciona como uma entidade cada vez mais alinhada às melhores práticas globais de auditoria, com a certeza de que a inovação é um caminho essencial para a promoção da boa governança.



Rodrigo Pedatella e André Monteiro em registro na Conferência

SIMPÓSIOS

Controladoria participa do SOUPS 2024 e do USENIX Security Symposium 2024

No período de 11 a 13 de agosto de 2024, o auditor Thiago Arnaud Abreu de Oliveira participou do Twentieth Symposium on Usable Privacy and Security (SOUPS 2024) e do USENIX Security Symposium 2024, realizados em Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos. Lotado na Coordenação-Geral de Informações Estratégicas, da Diretoria de Pesquisa e Informações Estratégica, da Secretaria Executiva, Thiago foi selecionado para representar a Controladoria-Geral da União (CGU) com o objetivo de trazer inovações para o Time de Inteligência Cibernética, equipe especializada em Inteligência em Fontes Abertas (OSINT).

Os eventos reuniram profissionais e acadêmicos de ponta nas áreas de cibersegurança, abordando desafios contemporâneos em privacidade e segurança com um conteúdo altamente avançado e técnico. Entre os patrocinadores estavam grandes empresas como Google, Microsoft, TikTok, Meta e IBM.

Renomados especialistas, incluindo David Brumley, CEO da ForAllSecure e professor da Carnegie Mellon University; Patrick Gage Kelley, do Google; Apu Kapadia, da Indiana University Bloomington; Davide Balzarotti, da Eurecom; e Wenyuan Xu, da Zhejiang University, prestigiaram os eventos.

A participação do servidor CGU nos simpósios não apenas proporcionou uma visão aprofundada das últimas novidades e práticas do setor, como também facilitou um contato mais estreito com esses especialistas. Isso possibilitou uma compreensão mais detalhada das filosofias e práticas de cibersegurança, incluindo pontos fortes e áreas a serem aprimoradas. Além disso, ofereceu uma valiosa introdução ao conceito de privacidade diferencial, que pode ser extremamente útil para as atividades e estratégias do Time de Inteligência Cibernética.



Registro dos simpósios

OFICINAS

QualiREG promove ações de capacitação para órgãos e entidades reguladores federais e infranacionais

O Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira, QualiREG, iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) vinculada ao Projeto de Cooperação Técnica

ca Internacional PNUD BRA/20/019 promoveu, em agosto, ação de capacitação para órgãos e entidades reguladores brasileiros.

No dia 14 de agosto, foi realizada a oficina internacional “Implementando a Análise de Impacto Regulatório (AIR): Lições dos países da OCDE”, ministrada pelos especialistas em regulação econômica e política regulatória da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) Andrés Blancas Martinez, e Gloriana Madrigal, contando com a participação de representantes de 12 diferentes entidades reguladoras, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, além da Anvisa, ANA, ANP e agências reguladoras infranacionais.

CONFERÊNCIA

Servidor participa da XVI CPR LATAM Conference

O auditor Fernando Roriz Marques Cardoso, da Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Secretaria Federal de Controle Interno, participou da edição do Communication Policy Research Latin America (CPR LATAM), ocorrida em 15 de agosto de 2024, em Brasília.

Na edição de 2024, houve a promoção da troca das melhores práticas e ideias relacionadas às políticas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas Américas. Foram examinados casos específicos de parcerias público privadas para inclusão digital e educação sobre a importância de se investir na modernização das redes de TIC para o desenvolvimento sustentável. Outras temáticas foram abordadas: a regulação de ecossistemas digitais; a taxação de mercados digitais; a proteção de dados pessoais; o impacto, políticas e regulação de Inteligência Artificial; serviços digitais e liberdade; a privacidade e supervisão na internet.

Destaque-se que o Professor Christopher S. Yoo foi o keynote speaker da Conferência. Em sua fala, abordou sobre a neutralidade de rede e marcos de mercado digital ao redor do globo.

A participação do representante da CGU segue a agenda da Controladoria-Geral da União de interação com redes acadêmicas interdisciplinares de centros de pesquisa que buscam avançar o conhecimento sobre o impacto social, econômico e político das TIC.

OFICINA

SIP promove oficina “Inteligência Artificial como ferramenta do controle público”

Em 29 de agosto, a Diretoria de Estudos e Desenvolvimento de Integridade, da Secretaria de Integridade Pública (SIP), realizou a Oficina “Inteligência Artificial como ferramenta do controle público”, que con-

tou com a participação de representantes da Blavatnik School of Government, da Universidade de Oxford. O evento foi conduzido por Fernanda Odilla (Universidade de Bolonha) e Lia Pessoa (Universi-

dade de Oxford), com a participação da professora Anna Petherick (Universidade de Oxford), além de servidores das várias áreas da Controladoria-Geral da União (CGU) e convidados do CADE e da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo.

Foram debatidos o papel da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta no auxílio às necessidades institucionais dos órgãos de controle, os aspectos quanto à identificação de obstáculos na sua adoção e as possibilidades de integração e colaboração no trabalho conjunto entre as áreas. Além disso, discutiu-se a importância de tal ferramenta no alcance dos objetivos institucionais, aspectos quanto à ética e integridade no uso da IA no setor público, além dos modelos de inovação e melhores práticas no mundo que envolvem o uso da tecnologia voltado ao combate à corrupção e promoção da integridade no Brasil.

O evento foi muito bem avaliado pelos servidores, em especial quanto à metodologia aplicada, à qualificação das instrutoras e à relevância dos debates suscitados, tendo alcançado nota média de 4,68 (em uma escala de 1 a 5) nos quesios

propostos. Os participantes também destacaram, como ponto relevante da discussão, os questionamentos críticos sobre a aplicação de algoritmos e ferramentas de controle, levando a reflexões sobre a discriminação (social, racial e de gênero) como risco a ser considerado na aplicação da IA.

Os participantes puderam conhecer, também, a situação atual da evolução regulatória e das experiências práticas de outros países, além de participar de discussão envolvendo proposições normativas referentes ao tema no Brasil. As dinâmicas realizadas durante a oficina foram preponderantes também para a identificação dos pontos de gargalos de comunicação no âmbito da CGU, além de fornecer subsídios para sua superação.

Ao longo deste semestre e durante todo o ano de 2025, a Diretoria de Estudos e Desenvolvimento de Integridade tem ações programadas para dar sequência à realização de eventos que aproximem a academia da atuação prática dos servidores da CGU e de outros órgãos do Governo Federal, promovendo a reflexão e o debate com base em pesquisas.